



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

PROCESSO Nº [37124/17-e](#)

ÓRGÃO DE

ORIGEM: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF

ASSUNTO: Estudos Especiais

EMENTA: Estudos especiais elaborados em atendimento ao item II da **Decisão nº 775/18** (peça 9), proferida na Sessão Ordinária nº 5019, de 01.03.18, após o recebimento e conhecimento do **Ofício nº 235/2017 – NED** (peça 3), de 26.10.17, na qual o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do d. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT solicita o entendimento desta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal quanto à aplicabilidade da **Lei federal nº 12.990/14 – Lei de Cotas**, que disciplina as cotas raciais no âmbito da Administração Pública Federal, nos concursos públicos para admissão nas carreiras da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.

Ofício nº 1120/2018 – ATJ/DGP (peça 18), oriundo da PMDF (mar-18): dado o caráter federal da lei, pela não vinculação do Distrito Federal, Estados-Membros e Municípios, mas somente da própria União Federal.

ADC nº 41-DF: pela constitucionalidade da Lei federal nº 12.990/14 – Lei de Cotas. Ministro Dias Toffoli: “*pelo respeito à autonomia dos entes federados*”, uma vez que a Lei federal nº 12.990/14 “*não se estende para os Estados, DF e Municípios*”, destinando-se aos concursos públicos da administração direta e indireta da União.

ADI nº 677-DF: embora organizados e mantidos pela União, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são organismos do Distrito Federal e, por isso, seus quadros se compõem de servidores civis ou militares distritais e não federais (voto vista do eminente Ministro Sepúlveda Pertence).

Decisão nº 4936/18 (peça 24), prolatada na SO nº 5079, de 11.10.18: pelo conhecimento dos estudos especiais elaborados em atendimento ao item II da Decisão nº 775/18, proferida na Sessão Ordinária nº 5019, de 01.03.18, bem como do Ofício nº 1120/18 – ATJ/DGP, oriundo da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, e pela autorização do encaminhamento do relatório/voto do eminente relator, bem como da decisão deste Tribunal à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, bem como à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, para que emitam pronunciamento a respeito do tema tratado nos estudos especiais em análise.

Ofício SEI-GDF nº 48/2019 – DPDF/DPG (peça 39), de 30.01.19, e **Ofício SEI-GDF nº 51/2019 – DPDF/DPG** (peça 40), de 31.01.19: pela não obrigatoriedade de reserva de vagas a candidatos negros e pardos em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal, ante a manifesta ausência de legislação aplicável ao caso, e pela possível, em tese, aplicação da legislação federal que regula a reserva de vagas para cotistas raciais para as concursos de provimento de cargos junto à PMDF e ao CBMDF e no tocante a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF a possibilidade de adoção do sistema de cotas raciais decorre da ambiência jurídica inserta no art. 17, XVI c/c § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.

Ofício nº 55/2019 – NED/NDH/MPDFT (peça 44), de 22.03.19, e **Ofício nº 789/2019/PGJ/MPDFT** (peça 61), de 14.05.19: solicita cópia dos pronunciamentos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e da Defensoria Pública – DPDF e, respectivamente, reitera solicitação, acerca da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF.

Decisão nº 1481/19 (peça 50), exarada na SO nº 5123, de 30.04.19: pelo conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 48/19 – DPDF/DPG (peça 39), de 30.01.19, e do Ofício SEI-GDF nº 51/19 – DPDF/DPG (peça 40), de 31.01.19, ambos da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, encaminhados em atendimento ao item II da Decisão nº 4936/18, ressaltando-se, entretanto, que estes documentos ainda pendem de análise de mérito, e pela reiteração, com alerta, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, que já recebeu cópia integral dos autos em exame, em atendimento à solicitação constante do expediente daquela d. PGDF (peça 37), datado de 07.12.18, para que assegure o efetivo cumprimento do item II da Decisão nº 4936/18 (peça 24).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Parecer nº 41/2019 – PGCONS/PGDF (peça 55): **ADI TJDF nº 2002.00.2.002147-4** e **ADI STF nº 3.666-DF** – conclui que a reserva de vagas, em concurso público, para portadores de deficiência e para candidatos negros, no caso da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, é matéria de competência da União, devendo ser aplicadas, quanto ao tema, aos concursos em questão, a Lei federal nº 12.990/14 e Lei federal nº 8.112/90.

Estudos Especiais. Análise dos pronunciamentos da DPDF e PGDF. Pela inaplicabilidade da Lei de Cotas federal aos Concursos Públicos promovidos pela PMDF, pelo CBMDF e pela PCDF. Resposta ao MPDFT. Ciência aos órgãos envolvidos. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de estudos especiais elaborados em atendimento ao item II da **Decisão nº 775/18** (peça 9), proferida na Sessão Ordinária nº 5019, de 01.03.18, acerca da possibilidade de aplicação da ação afirmativa implementada pela **Lei federal nº 12.990/14 – Lei de Cotas**, que reserva percentual de vagas para negros nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal, aos concursos para ingresso na Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, na Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, nos termos da ementa.

2. Assim, por uma maior clareza processual, cumpre transcrever o inteiro teor da supradita **Decisão nº 1481/19** (peça 50), frise-se, última proferida no feito, vazada nos termos abaixo reproduzidos, verbis:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 48/2019 - DPDF/DPG (peça 39), de 30.01.2019, e do Ofício SEI-GDF nº 51/2019 - DPDF/DPG (peça 40), de 31.01.2019, ambos da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, encaminhados em atendimento ao item II da Decisão nº 4.936/2018, ressaltando-se, entretanto, que estes documentos ainda pendem de análise de mérito; II – reiterar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, que já recebeu cópia integral dos autos em exame, em atendimento à solicitação constante do expediente daquela d. PGDF (peça 37), datado de 07.12.2018, para que, em 30 (trinta) dias, assegure o efetivo cumprimento do item II da Decisão nº 4.936/2018 (peça 24); III – alertar a PGDF acerca da necessidade de dar pronto e fiel cumprimento às determinações desta Corte de Contas; IV – dar ciência desta decisão à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, bem como à própria Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF; V – autorizar o retorno dos autos a esta Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF, para adoção das providências subsequentes.” (sem grifos no original)

3. Em atendimento à decisão suso transcrita, a Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF encaminhou a este Tribunal o **Ofício SEI-GDF nº 48/2019 – DPDF/DPG** (peça 39), de 30.01.19, e o **Ofício SEI-GDF nº 51/2019 – DPDF/DPG** (peça 40), de 31.01.19, o que deu efetivo cumprimento à **Decisão nº 4936/18** (peça 24), enquanto que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF encaminhou o **Parecer nº 41 /2019 – PGCONS/PGDF** (peça 55), o que confere efetivo cumprimento à **Decisão nº 1481/19** (peça 50).

I. PRONUNCIAMENTOS DA DPDF

4. No **Ofício SEI-GDF nº 48/19 – DPDF/DPG** (peça 39), de 30.01.19, e do **Ofício SEI-GDF nº 51/19 – DPDF/DPG** (peça 40), de 31.01.19, ambos da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, encaminhados em atendimento ao item II da Decisão nº 4936/18, o órgão jurisdicionado, basicamente, reconhece que *“**não** há obrigatoriedade de reserva de vagas a candidatos negros e pardos em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal, ante a manifesta ausência de legislação aplicável ao caso”* (sem grifos no original), mas opina *“pela possível, em tese, aplicação da legislação federal que regula a reserva de vagas para cotistas raciais para as concursos de provimento de cargos junto à PMDF e ao CBMDF e no tocante a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF a possibilidade de adoção do sistema de cotas raciais decorre da ambiência jurídica inserta no art. 17, XVI c/c § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal”*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

5. Vejamos, então, para uma melhor compreensão do assunto os dispositivos legais da LODF supramencionados pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF.

“Art. 17. Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

XVI – organização, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil.

§ 1º O Distrito Federal, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União.

§ 2º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, o Distrito Federal exercerá competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.

§ 3º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei local no que lhe for contrário.” (sem grifos no original)

II. PRONUNCIAMENTO DA PGDF

6. Por seu turno, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF encaminhou o **Parecer nº 41/2019 – PGCONS/PGDF** (peça 55) concluindo, em suma, particularmente à luz da **ADI TJDF nº 2002.00.2.002147-4** e da **ADI STF nº 3.666-DF**, que a reserva de vagas, em concurso público, para portadores de deficiência e para candidatos negros, no caso da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, é matéria de competência da União, devendo ser aplicadas, quanto ao tema, aos concursos em questão, a Lei federal nº 12.990/14 e Lei federal nº 8.112/90, considerando a **competência exclusiva**, destaque-se, constitucional, da União para legislar sobre o tema, abstendo-se de opinar sobre a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF:

“Art. 21. Compete à União:

(...)

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”
(sem grifos no original)

7. A propósito, a única lei federal que se aplica à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, sem expressa menção ao referido órgão jurisdicionado, é a Lei federal nº 8.112/90 (aliás, muito antiga e anterior à Lei distrital nº 197/91, que recepciona a Lei federal nº 8.112/90 no âmbito do Distrito Federal, no que couber), até porque a jurisprudência dos tribunais superiores mostra-se pacífica neste sentido.

III. BREVE HISTÓRICO DOS FATOS

8. **Ab initio**, cumpre informar que, no final do ano de 2017, o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT protocolou, perante este Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, o **Ofício nº 235/2017 – NED** (peça 3), de 26.10.17, solicitando “orientação quanto à aplicabilidade da lei que disciplina as cotas raciais, Lei federal nº 12.990/14, nos certames” da Polícia Militar do Distrito Federal, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, tendo em conta a Lei federal nº 10.633/02, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção dos órgãos distritais retro.

9. Alegou, ainda, o solicitante que “a questão diz respeito à relação que há entre os recursos da união envolvidos nos concursos destas organizações (**id est**, PMDF, CBMDF e PCDF)”, bem como “a necessidade de seguir a legislação federal da política afirmativa”, informando concomitantemente que “a referida lei foi recentemente julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal e (que) o entendimento deste Tribunal de Contas conduzirá a atuação ministerial, considerando o valor de tal ação afirmativa para reduzir o impacto das disparidades sociais advindas do racismo estrutural demarcado historicamente no Brasil”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

10. E, do sobredito ofício, resultou a **Decisão nº 775/18** (peça 9), que autorizou a elaboração dos estudos especiais realizados pela Instrução (peça 19), de 07.06.18, desta unidade técnica.

11. Outrossim, impende esclarecer que a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF encaminhou a esta Colenda Corte de Contas do Distrito Federal o **Ofício nº 1120/18 – ATJ/DGP** (peça 18), de mar-18, defendendo, em breves e apertadas palavras, que, dado o caráter federal da lei em questão, inexistia vínculo desta com o Distrito Federal, os Estados-Membros e os Municípios, havendo apenas sua aplicabilidade no âmbito da própria União Federal.

12. Dessa forma, passa-se, portanto, a análise do mérito das questões ora suscitadas, após os pronunciamentos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, nos termos da **Decisão nº 4936/18** (peça 24), prolatada na SO nº 5079, de 11.10.18, e da **Decisão nº 1481/19** (peça 50), exarada na SO nº 5123, de 30.04.19.

IV. DOS ESTUDOS ESPECIAIS SOBRE O TEMA

13. Preliminarmente, cabe ressaltar que a Lei federal nº 12.990/14¹, popularmente conhecida como Lei de Cotas, reserva aos negros, conforme prescreve seu art. 1º, “20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”, em uma ação afirmativa que guarda estreita conformidade com o art. 1º, § 4º², da **Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial – CEFDR**, adotada, ressalte-se, pela Resolução nº 2.106-A da Assembleia Geral das Nações Unidas (Organização das Nações Unidas – ONU), em 21.12.65, permitindo, assim, o exercício de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, com vistas a promover sua ascensão na sociedade até um nível de equiparação com os demais, para além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra, o que indubitavelmente se afigura como uma política de imensurável relevância, à luz do princípio da isonomia, da proibição da proteção insuficiente e do princípio do não retrocesso.

14. Ademais, tal tratado foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23, de 21.06.67, sendo ratificado, no Brasil, precisamente, em 27.03.68.

15. A **Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial – CEFDR** entrou em vigor no ordenamento jurídico pátrio em 04.01.69, promulgada pelo Decreto federal nº 65.810, de 08.12.69, resultando em um importante avanço no combate à discriminação racial no país, na defesa dos direitos humanos, ou seja, um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade.

¹ A Lei federal nº 12.990/14 – Lei de Cotas foi, de fato, considerada constitucional pelo plenário do Pretório Excelso – STF, conforme **Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC nº 41-DF**, no mesmo sentido do sistema de cotas ora instituído nas universidades brasileiras, objeto da ADPF nº 186-DF, e da reserva de vagas de cargos públicos para pessoas com necessidade especiais, consoante RE nº 676.335-MG (Igualdade – Ação afirmativa como fruto de uma sociedade fraterna). Destaca-se, contudo, pela sua incontestável relevância, 2 (dois) pontos importantes da aludida ADC nº 41-DF: (a) trecho do voto do eminente Ministro Dias Toffoli proferido na ADC retro ao afirmar que “também não adiro à proposta de estender automaticamente a disciplina da Lei nº 12.990/2014 aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, visto que o diploma também é claro ao afirmar que a reserva de vagas se restringe aos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União, devendo ser resguardada a autonomia dos entes federativos”, observando, ainda, que o termo ‘no âmbito da administração pública federal’ engloba todos os órgãos e Poderes da União, e não especificamente o Poder Executivo Federal”; e (b) Embargos de Declaração na ADC nº 41-DF: Aplicabilidade da política de cotas da Lei 12.990/2014 às Forças Armadas (sem qualquer referência, ainda que mínima, aos órgãos distritais envolvidos, quais sejam, PCDF, PMDF e CBMDF, mesmo que mantidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF) – Vejamos: “*As Forças Armadas integram a Administração Pública Federal, de modo que a vagas oferecidas nos concursos por elas promovidos sujeitam-se à política de cotas prevista na Lei 12.990/2014*” (ADC 41 ED, Relator(a): Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 12/04/2018, Processo Eletrônico DJe-087 Divulg. 04-05-2018 Public. 07-05-2018).

² CEFDR – Art. 1º, §4º: “*Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.*”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

16. Ocorre que, em que pese a menção, repise-se, feita pelo d. MPDFT no **Ofício nº 235/2017 – NED** (peça 3), de 26.10.17, da Lei federal nº 10.633/02, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação, consoante art. 21, XIV, da Magna Carta de 1988, a Lei federal nº 12.990/14 foi taxativa ao abranger, para fins das reservas de vagas oferecidas nos concursos públicos para a população negra, na proporção 20% (vinte por cento), somente e tão somente, os “*cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União*”, sem qualquer alusão à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros Militar e à Polícia Civil, todos do Distrito Federal.

17. Nesse espeque, cabe trazer à baila a interpretação constitucional dada ao tema em comento, como brilhantemente expôs o eminente Ministro Sepúlveda Pertence, em seu voto na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 677-DF³. Vejamos.

“Sucedee, Sr. Presidente, que ao cuidar dos servidores públicos militares e também no capítulo que dedicou à segurança pública, a mesma Constituição Federal, de 1988, trilhou caminho de todo diverso, deixando-se seduzir pela tendência, de todo o texto, de estender ao Distrito Federal toda e qualquer alusão aos Estados-membros. (...)”

Ao final da recordação dessa verdadeira mixórdia normativa, uma conclusão se impõe. Não obstante este pudesse ter sido o pensamento constituinte inicial, ao situar o Distrito Federal na estrutura da Federação, o conjunto normativo da Constituição efetivamente já não permite inferir que, a exemplo do que continua realmente a suceder com o Poder Judiciário e o Ministério Público, o Distrito Federal não tenha polícia civil e polícia militar, as quais teriam voltado à condição de serviços reservados à União, conforme a tradição republicana anterior a 1965.

Essa hipótese de centralização federal da segurança pública no Distrito Federal, que seria lógica e institucionalmente compatível com o art. 21, XIV e com o art. 32, § 4º, foi desfeita com as normas específicas do art. 42 e seu § 2º, e o art. 144, § 6º da mesma Constituição: deles resulta que, embora organizados e mantidos pela União, a Polícia civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são organismos do Distrito Federal e, conseqüentemente, que os seus quadros se compõem de servidores civis ou militares distritais e não federais. (...)”

(ADI n. 677/DF, Rel. Ministro Néri da Silveira, DJ 21.5.1993, voto vista do Ministro Sepúlveda Pertence, grifos acrescidos).”

18. Por outro lado, não se pode desconhecer que a Excelsa Corte Suprema – STF, em diversas oportunidades (v.g. ADI n. 3.817/DF, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 3.4.2009), declarou a inconstitucionalidade de atos normativos distritais que invadiam a competência legislativa da União, por concederem vantagens remuneratórias a policiais civis e militares do Distrito Federal.

19. Nesse passo, há de se reconhecer, por igual, a inteligência da Súmula nº 647-STF que estabelece que “*compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal*”.

³ **EXCERTO DA EMENTA – ADI nº 677-DF:** “AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 186, DE 22.11.1991, DO DISTRITO FEDERAL, (...). SE E CERTO QUE, PELO ART. 21, XIV, DA CONSTITUIÇÃO, A UNIÃO COMPETE ORGANIZAR E MANTER A POLÍCIA MILITAR E O CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL, SENDO FEDERAL A LEI QUE FIXA VENCIMENTOS DESSES SERVIDORES MILITARES, NÃO É MENOS EXATO QUE, COM BASE NO ART. 32 E PAR. 1., DA LEI MAGNA, INCUMBE AO DISTRITO FEDERAL ORGANIZAR SEUS SERVIÇOS, AI COMPREENDIDOS, A EVIDÊNCIA E NOTADAMENTE, OS REFERENTES AO GABINETE DO GOVERNADOR, COMPETINDO-LHE ESTABELECEER GRATIFICAÇÕES, EM LEI DISTRITAL, PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA OU DE CARGOS EM COMISSÃO. **LEI QUE ASSIM DISPONHA NÃO INVADIR A ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO FEDERAL.** DE ACORDO COM O ART. 42 E PAR. 2., DA CONSTITUIÇÃO, SÃO SERVIDORES MILITARES DO DISTRITO FEDERAL OS INTEGRANTES DE SUA POLÍCIA MILITAR E DE SEU CORPO DE BOMBEIROS MILITARES, SENDO AS PATENTES DOS RESPECTIVOS OFICIAIS CONFERIDAS PELO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, A QUEM ESTÃO SUBORDINADOS. “UT” ART. 144, PAR. 6., DA CONSTITUIÇÃO. (...)” AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE, CASSADA A MEDIDA LIMINAR.” (sem grifos no original)

(ADI 677, Relator(a): Min. Néri da Silveira, Tribunal Pleno, julgado em 11/03/1993, DJ 21-05-1993 PP-09766 Ement. Vol-01704-02 PP-00249)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

20. De mais a mais, quando o legislador infraconstitucional federal precisa se reportar à Polícia Civil⁴, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, todos do Distrito Federal, ele o faz de modo expresso, e não tacitamente, o que, por via de consequência, ergue óbice à aplicação extensiva da norma **sub examine**, razão pela qual não devem ser acolhidos os argumentos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF quanto à aplicação da lei em estudo pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.

21. Noutro giro, **data máxima vênia**, as conclusões alcançadas pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF não mostram-se contundentes, pois reconhecem, de plano, que “**não há obrigatoriedade de reserva de vagas a candidatos negros e pardos em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal, ante a manifesta ausência de legislação aplicável ao caso**” (sem grifos no original).

22. É o que rigorosamente dispõe a Lei federal nº 13.047/14, que “alterou a Lei federal nº 9.266/96, reorganizou as classes da Carreira Policial Federal, fixou a remuneração dos cargos que as integram, e alterou a Lei federal nº 9.264/96”, além de estabelecer, registre-se, taxativamente, requisitos para o ingresso na carreira de Delegado de Polícia Federal e de Delegado de Polícia do Distrito Federal (insista-se, tudo em um mesmo diploma legal e de modo expresso). Vejamos, **verbis**:

“Art. 1º A Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 2º-A, 2º-B e 2º-C:

(...)

“Art. 2º-B. O ingresso no cargo de Delegado de Polícia Federal, realizado mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, é privativo de bacharel em Direito e exige 3 (três) anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato de posse.”

(...)

Art. 2º O art. 2º e o § 1º do art. 5º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, de natureza jurídica e policial, é constituída do cargo de Delegado de Polícia.” (NR)

(...)

§ 1º O ingresso na Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito e, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica ou policial, comprovados no ato da posse.

.....” (NR)

(...)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (sem grifos no original)

23. Essas questões ora citadas nos 3 (três) precedentes parágrafos são de, de fato, muito abrangentes e complexas, mas erguem óbice à aplicação da Lei federal nº 12.990/14 – Lei de Cotas ao Distrito Federal aos Estados-membros e aos Municípios, visto que o diploma legal em apreço mostra-se taxativo ao afirmar que a reserva de vagas se restringe aos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União Federal.

V. DA CONCLUSÃO

24. Em suma, por tudo demonstrado alhures e reiterando **in totum** a instrução anterior (peça 19) deste corpo técnico, de 07.06.18, considerando a natureza distrital que ostentam os integrantes das carreiras da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, nos termos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 677-DF, em especial, por todo o exposto no voto vista do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, e, até mesmo,

⁴ Por essa razão, a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF subordina-se à Lei federal nº 4.878/65 e, subsidiariamente, à Lei federal nº 8.112/90, consoante Decisão nº 6868/06, razão pela qual o referido órgão tem reservado para as pessoas com deficiência, em seus editais, até 20% das vagas oferecidas (em geral, tem utilizado o percentual de 5% [cinco por cento]), consoante conclusões alcançadas pelo supradito parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

na Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC nº 41-DF, particularmente, no tocante à impossibilidade de se expandir automaticamente a disciplina da Lei federal nº 12.990/14 – Lei de Cotas ao Distrito Federal, aos Estados-membros e aos Municípios, visto que o diploma legal em apreço mostra-se taxativo ao afirmar que a reserva de vagas se restringe aos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União, devendo ser resguardada a autonomia dos entes federativos, consoante voto do nobre Ministro Dias Toffoli, proferido na própria ADC retro, bem como nos Embargos de Declaração opostos na ADC nº 41-DF, que se limitaram a ampliar a aplicabilidade da política de cotas da referida lei apenas às Forças Armadas (sem qualquer referência, ainda que mínima, aos órgãos distritais envolvidos, quais sejam, PCDF, PMDF e CBMDF, mesmo que mantidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF), os estudos especiais em comento indicam, portanto, a inviabilidade jurídica da aplicação extensiva da Lei de Cotas federal aos concursos públicos promovidos pelos órgãos de segurança distritais supramencionados, por absoluta ausência de previsão legal.

25. Isso posto, reiterando-se **in totum** as conclusões alcançadas pela instrução anterior (peça 19) desta unidade técnica, de 07.06.18, sugere-se ao e. Plenário:

- I. ter por cumprida a Decisão nº 1481/19 (peça 50) e, por via de consequência, a Decisão nº 4936/18 (peça 24);
- II. tomar conhecimento:
 - a. do Ofício nº 55/2019 – NED/NDH/MPDFT (peça 44) e do Ofício nº 789/2019/PGJ/MPDFT (peça 61), ambos encaminhados pelo d. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT; e
 - b. do Parecer nº 41/2019 – PGCONS/PGDF (peça 55).
- III. considerar que a Lei federal nº 12.990/14 – Lei de Cotas, nos termos da ADI nº 677-DF, em especial, por todo o exposto no voto vista do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, e, até mesmo, na ADC nº 41-DF, particularmente, no tocante à impossibilidade de se expandir automaticamente a disciplina da Lei de Cotas ao Distrito Federal, aos Estados-membros e aos Municípios, visto que o diploma legal em apreço mostra-se taxativo ao afirmar que a reserva de vagas se restringe aos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União, devendo ser resguardada a autonomia dos entes federativos, consoante voto do nobre Ministro Dias Toffoli, proferido na própria ADC retro, bem como nos Embargos de Declaração opostos na aludida ADC, que se limitaram a ampliar a aplicabilidade da política de cotas da referida lei apenas às Forças Armadas (sem qualquer referência, ainda que mínima, aos órgãos distritais envolvidos, mesmo que mantidos pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF), não possui viabilidade jurídica suficiente para aplicação extensiva aos concursos públicos promovidos pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, por absoluta ausência de previsão legal;
- IV. dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida por este Tribunal ao Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, por meio da d. Promotora de Justiça signatária da peça exordial, à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, bem como à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e à Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF; e
- V. autorizar o arquivamento do feito.

À consideração superior.

Brasília, 3 de julho de 2019.

André Magalhães Pereira

Auditor de Controle Externo

Matrícula nº 1.544-9